

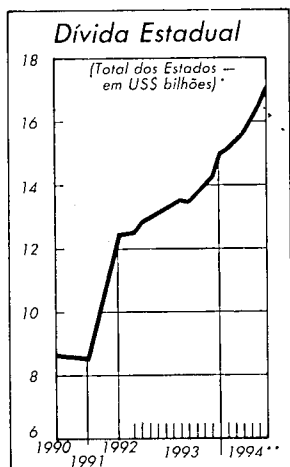
Votação evita crise da dívida nos estados

por Claudia Safatle
de Brasília

Por votação simbólica, o Senado Federal aprovou ontem a autorização para que os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo emitam letras financeiras para rolagem de suas dívidas.

A votação, em sessão extraordinária, só ocorreu depois de malarismos feitos por três senadores gaúchos — Pedro Simon (PMDB), José Fogaça (PMDB) e José Paulo Bisol (PSB) — em busca de quórum.

A aprovação era crucial para normalizar a situação do Rio Grande do Sul, que teve que resgatar o equivalente a US\$ 250 milhões, na última terça-feira, em papéis vencidos, numa operação de emergência em que o Banrisul (banco do estado) entrou com US\$ 137,5 milhões de suas reservas próprias e o Tesouro estadual compareceu com mais US\$ 112,5 milhões, tomando também recursos das empresas estaduais.



A dívida mobiliária dos estados, que praticamente dobrou nos últimos quatro anos, saltando de US\$ 8,7 bilhões em 1990 para US\$ 17,01 bilhões (até junho de 1994), é um problema delicado, sobretudo em períodos de estabilização, quando os bancos estaduais, que são os custodiantes, ficam mais vulneráveis.

No caso do Rio Grande do Sul, o Banco Central foi informado de todo o procedimento, ao mesmo tempo que os senadores Simon e Fogaça, ainda na terça-feira, tentavam, em vão, arregimentar os 41 senadores necessários para votação do pedido de emissão, que chegou àquela Casa no dia 30 de julho.

Às 14h30 de ontem, Simon, Fogaça e Bisol iniciaram a estratégia regimental que poderia deixar perplexo algum desavisado das artimanhas e ritos do Congresso Nacional. Simon discursava para uma platéia composta por Bisol, e não foram raros os momentos em que Fogaça presidia a sessão. O senador Simon falava sobre o "pacto da governabilidade", mas tinha apenas uma intenção: assegurar a continuidade da sessão extraordinária até que se atingisse o quórum. Na Casa, pelo controle das portarias, que registram a entrada de cada parlamentar, estavam presentes 31 senadores.

Enquanto os três senadores do Rio Grande do Sul se revezavam na tribuna, o senador Ronan Tito, do PMDB de Minas Gerais, um dos que passaram pelo plenário, foi à procura de

mais parlamentares no Tribunal de Contas da União (TCU). Lá se realizava a posse, como ministro, do senador goiano Iram Saraiva. Certamente seria um local onde mais senadores estariam presentes. Pouco antes das 17 horas, as portarias do Congresso acusavam a presença de 43 senadores.

A votação, simbólica, foi rápida. Em poucos minutos os senadores aprovaram o requerimento, que colocou o ofício do Banco Central (sobre a emissão) na ordem do dia; autorizaram a dispensa do interstício de cinco sessões; votaram o ofício e a redação final.

Aprovaram, de quebra, a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo, para rolagem dos títulos que vencem nos dias 15 de setembro e 15 de dezembro próximos, num montante total de R\$ 2,21 bilhões, conforme apurou a repórter Adriana Vasconcelos, deste jornal.

Para o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, a situação da dívida mobiliária do estado, que somava US\$ 7,25 bilhões em junho último, não traz

(Continua na página 3)

Dívida Pública Votação evita crise...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

problemas. Ao repórter Sérgio Leopoldo Rodrigues, deste jornal, o governador paulista comentou, com certa dose de ironia: "Os problemas com as LFT do Rio Grande do Sul ocorreram porque o senador Pedro Simon estava mais preocupado em apoiar a candidatura do Fernando Henrique (candidato da coligação PSDB/PFL/PTB à Presidência da República)".

A emenda constitucional nº 3 permite que os estados emitam títulos apenas para a rolagem de dívidas, não lhes deixando a possibilidade de emissão para formar dívida nova. Assim, a cada vencimento de lotes de títulos de uma dívida total de US\$ 17,01 bilhões, o Senado Federal tem que aprovar a operação. Os bancos estaduais, como custodiantes desses papéis, a rigor, não são os responsáveis pela rolagem ou resgate. Pela "Lei do Colarinho Branco", estariam, inclusive, proibidos de financiar o acionista majoritário, que são os tesouros estaduais.

Ontem, o diretor de política monetária do Banco Central (BC), Alkimar Ribeiro de Moura, perguntado pelo repórter Gustavo Freire,

deste jornal, se a ajuda do Banrisul, que compareceu com recursos próprios para resgate dos títulos, não teria sido ilegal, respondeu apenas: "Isso não é comigo. Eu olho o Sistema de Liquidação e Custódia (Selic), que registra se os bancos viraram o dia no vermelho". Ou seja, essa tarefa é com a diretoria de fiscalização, cujo titular, Edson Sabino, está na Cidade do México, e o seu substituto preferiu não falar com este jornal.

No dia 7 de julho último o Senado Federal aprovou a rolagem de 90% da dívida do Estado do Rio de Janeiro, num total de US\$ 1,5 bilhão com vencimento neste segundo semestre, conforme apurou a repórter Livia Ferrari, deste jornal.

Nos demais estados, a situação parece tranquila. "Não temos dívidas em títulos vencendo neste ano", afirmou o secretário de Fazenda da Bahia, Rodolfo Tourinho Neto, ao repórter Pedro Rúbio. A dívida em LFT, no valor de R\$ 323 milhões, vence parte em 1995 (R\$ 222 milhões) e o restante no ano seguinte.

O Paraná emitiu US\$ 56,7 milhões no primeiro semestre deste ano para rolar as dívidas vincendas no exercício e Santa Catarina também só terá vencimentos em 1995.